



DISCURSO NEOLIBERAL E A EDUCAÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: UMA ANÁLISE DAS LEIS, DECRETOS E DECLARAÇÕES QUE ORIENTAM A GESTÃO ESCOLAR RUMO AO IDEB

Charles Gonçalves Ferreira¹

Jacqueline da Silva Deolindo Curvello²

Resumo

O artigo analisa como o discurso neoliberal influencia a organização do sistema municipal de educação de Campos dos Goytacazes - RJ, com foco nas leis, decretos e declarações públicas dos gestores locais desde 2021, voltadas ao aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O estudo está ancorado na teoria crítica do neoliberalismo, conforme discutido por Harvey (2005) e Saviani (2019), entre outros autores. A abordagem metodológica orienta-se pelos trabalhos de Eni Orlandi (2005; 2020) e seu conceito de formação discursiva. Os principais resultados apontam a influência de interesses empresariais na formulação de políticas educacionais nas escolas municipais campistas e a ênfase na tecnologização das escolas e o silenciamento a respeito da defasagem no aprendizado dos alunos.

Palavras-chave: Discurso Neoliberal. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Campos dos Goytacazes. Plano de Aprendizagem Eficiente.

Education and Neoliberal Discourse: An Analysis of the Laws, Decrees, and Statements Guiding School Management Toward the IDEB in Campos dos Goytacazes

Abstract:

The article analyzes how neoliberal discourse influences the organization of the municipal education system in Campos dos Goytacazes - RJ, focusing on laws, decrees, and public statements made by local administrators since 2021, aimed at

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas - Universidade Federal Fluminense, instituição onde também concluiu a graduação em História e Professor de História na rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes.

² Jacqueline da Silva Deolindo é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), instituição onde também concluiu o mestrado em Comunicação e Professora do Curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas.



increasing the Basic Education Development Index (IDEB). The study is anchored in the critical theory of neoliberalism, as discussed by Harvey (2005) and Saviani (2019), among other authors. The methodological approach is guided by the works of Eni Orlandi (2005; 2020) and her concept of discursive formation. The main results highlight the influence of corporate interests on the formulation of educational policies in municipal schools in Campos and the emphasis on the technologization of schools while silencing the issue of students' learning gaps.

Keywords: *Neoliberal Discourse. Basic Education Development Index. Campos dos Goytacazes. Efficient Learning Plan.*

1 INTRODUÇÃO

O neoliberalismo emergiu enquanto uma resposta à crise do capitalismo dos anos 1970 e 1980, marcada por estagnação econômica e inflação elevada, e, de acordo com Harvey (2005), pode ser caracterizado pelas políticas de privatização, flexibilização dos direitos trabalhistas e pela ênfase na competitividade. Alves (2008), por sua vez, compreende que este processo de reorganização produtiva do sistema capitalista, demanda que os trabalhadores disponibilizem completamente sua inteligência ao capital, em um processo denominado por ele de captura da subjetividade.

Assim, é possível dialogar com a perspectiva de Saviani (2019), em que a partir dos anos 1990, a legislação educacional no Brasil reforçou, em resposta a estas reorganizações, a formação de trabalhadores com habilidades flexíveis, polivalentes e com domínio de conceitos gerais e abstratos, especialmente em matemática, substituindo, desta maneira, o trabalho mecânico por operações mais simbólicas ao aderir às vertentes pedagógicas neoliberais, denominadas pelo autor de pedagogias da exclusão.

As mudanças citadas acima, contaram também com adoção de práticas de *accountability*, abrindo brecha para a responsabilização de docentes, escolas e gestores a partir da implementação de testes em larga escala como o Índice de



Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)³ e da padronização do sistema escolar brasileiro, que começou a ser moldado, sob esta lógica, a partir das primeiras versões dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁴.

Recentemente, seguindo este mesmo receituário, de acordo com Freitas (2018), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁵ foi fortemente influenciada por interesses empresariais ao envolver em sua construção uma série de instituições privadas, incluindo bancos e grandes empresas como Itaú, Bradesco, Volkswagen, Fundação Lemann e o movimento Todos pela Educação. Exemplo disso é a presença do vocabulário empresarial na BNCC e em suas legislações complementares, através da ênfase em palavras como metas, eficiência, empreendedorismo e etc. (Freitas, 2018)

No caso de Campos dos Goytacazes, contemplada neste estudo, em julho de 2024 foram divulgadas as notas locais referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica em relação ao Biênio 2022/2023. De acordo com dados preliminares do INEP (Brasil, 2024), o município apresentou uma variação positiva nos índices: nos anos finais a variação foi de 4,0 em 2021 para 4.2; já nos anos iniciais passou de 4.7 em 2021, para 5.4 em 2023.

Do ponto de vista estatístico é inegável que os índices aumentaram, sobretudo nos anos iniciais, e com pouca variação nos anos finais, o que gerou grande comoção nas redes sociais do prefeito Wladimir Garotinho e do ex-secretário Marcelo Feres, que classificaram como histórico o aumento dos índices educacionais.

Contudo, é necessário também apontar que os índices, mesmo com a tendência de elevação, ainda se encontram abaixo das metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação (PME). No caso dos anos finais, o índice de 4.2 é o

³ Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

⁴ Parâmetros curriculares nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação no Brasil.

⁵ A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.



resultado que estava previsto para ser alcançado no ano de 2019 e só foi alcançado em 2023, após todas as medidas que serão explicitadas a seguir.

Este texto tem como objetivo identificar se e como o discurso neoliberal marca a organização do sistema municipal de educação de Campos dos Goytacazes - RJ, considerando as leis e decretos que vigoram desde 2021 visando ao aumento do IDEB, e as declarações públicas dos gestores locais referentes aos encaminhamentos e investimentos feitos nas escolas com esse fim. Para isso, o artigo foi dividido em quatro partes: a primeira é esta introdução, na segunda parte apresentamos os documentos analisados e a abordagem privilegiada para análise, na terceira parte trazemos os resultados e na quarta parte fazemos nossas considerações finais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados tiveram como ponto de partida uma revisão de literatura (Ferenhof; Fernandes, 2016) que levantou teses, dissertações e publicações coletadas no repositório de teses e dissertações da CAPES e em períodos, revistas e jornais, assim como nos repositórios da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Universidade Cândido Mendes (UCAM), em Campos dos Goytacazes. Além das evidentes críticas aos motivadores, mecanismos e instrumentos de avaliação da educação brasileira, em geral, encontramos também diversos autores com produções locais, como Berçot (2015), Tosta (2015), Xavier (2022) e Martins et al. (2023), que vêm travando discussões acerca da problemática educacional refletida baixos índices municipais no IDEB. Esses autores ressaltam o descompasso entre os números apresentados, a defasagem na aprendizagem e os recursos recebidos oriundos dos royalties de petróleo.

Esse primeiro procedimento nos levou a outra etapa, que adotou a análise documental, de natureza exploratória (Gil, 2002, p. 41), a fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca do IDEB a nível municipal e nacional e identificar as



orientações ideológicas das ações estratégicas implementadas para o seu aumento. Os documentos considerados foram o Plano Municipal de Educação (2015-2025) (Campos dos Goytacazes, 2015), às Matrizes Curriculares para a educação aprovadas em 2020 (Campos dos Goytacazes, 2020) e o Decreto nº 065/2021 que instituiu o Programa de Aprendizagem Eficiente para a gestão 2021-2024 (Campos dos Goytacazes, 2021). Também coletamos entrevistas e depoimentos dos gestores municipais nas mídias jornalísticas e institucionais sobre essas iniciativas e políticas.

Assim, buscamos compreender qual a formação discursiva que sustenta a gestão da educação em Campos dos Goytacazes, ou seja, “aquilo que, em uma formação ideológica dada [...], determina o que pode e deve ser dito” (Orlandi, 2005, p. 43), compreendendo também a memória discursiva subjacente nos textos e os silêncios e apagamentos que os constituem. Como explica a autora,

o fato de que há um já-dito, que sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite [...] remeter o dizer [...] a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (Orlandi, 2005, p. 32)

Isto posto, neste trabalho, a análise do discurso é pensada não como um método de coleta de dados, mas como uma abordagem que tem como ponto de interesse a ideologia evidenciada nos documentos oficiais selecionados e produzidos no período da pesquisa e seu alinhamento com o neoliberalismo.

3 RESULTADOS: CAMPOS DOS GOYTACAZES E A LÓGICA EMPRESARIAL NOS DOCUMENTOS DA EDUCAÇÃO E NAS MÍDIAS

A partir do ano de 2021, enquanto programa de gestão das escolas públicas municipais de Campos dos Goytacazes, entrou em vigor após o Decreto 065/2021 (Campos dos Goytacazes, 2021), o Programa de Aprendizagem Eficiente (PAE). A meta global do mesmo é posicionar o município entre as quarenta escolas com maior



nota no *ranking* do IDEB no Estado do Rio de Janeiro. Este é um dos documentos que mais carregam a presença do discurso neoliberal e da lógica empresarial na educação municipal, a começar pela escolha da palavra *eficiência* relacionada à educação, no nome do programa, uma primeira referência aos valores do neoliberalismo. De acordo com o dicionário, eficiente significa: “capacidades de realizar tarefas ou trabalhos de modo eficaz e com o mínimo de desperdício, produtividade” (DICIO).

O texto que institui o PAE sinaliza que o mesmo tem como finalidade criar um ecossistema de aprendizagem eficiente, apoiado no uso das tecnologias digitais e na qualificação profissional. Para o programa, “Apesar de ser um importante pólo de ensino e pesquisa e do seu potencial econômico e produtivo, o município pouco avançou na educação básica nos últimos anos.” (PAE, 2021, p. 2).

Ademais, o PAE indica a necessidade de formação continuada apoiada no uso das tecnologias digitais e do desenvolvimento da parcerias com agentes públicos e privados para solucionar os problemas educacionais, o que tem sido feito por empresas como a Mind Lab, a Samsung e a Multilaser⁶, no fornecimento de consultorias e equipamentos tecnológicos, como veremos mais à frente.

Neste documento também é possível perceber a ênfase no aumento das médias dos índices padronizados, associados a um diagnóstico que leva em conta a grande quantidade de recursos municipais, tendo como uma das principais soluções o discurso acerca das parcerias com outros atores privados.

De acordo com Orlandi (2020) no processo de formação discursiva, há os silenciamentos das memórias que constituem os discursos, aqui as soluções apresentadas acerca da formação continuada e da parceria com agentes privados para aumentar a posição do município nos rankings educacionais dialoga com o discurso dos agentes empresariais.

Por outro lado, o discurso presente até aqui no Programa da Aprendizagem

⁶ Quem somos:

Mind Lab - <https://mindlab.net/>

Multilaser - https://www.multilaserempresas.com.br/conteudo/institucional_quem_somos/2

Samsung - <https://www.samsung.com/br/business/about-us/brand-identity/>



Eficiente silencia outros discursos sobre a desigualdade social, acessibilidade, educação ambiental, educação de prevenção a violência contra a mulher, educação do trânsito, a exibição de filmes nacionais nas escolas, o cumprimento da Lei 10.639 de Janeiro de 2003 e tantas outras ações e propostas ligadas à outras perspectivas pedagógicas.

Além do mais, os índices de proficiência, os dados de fluxo escolar e distorção escolar, presentes no Plano Municipal de Educação (2015-2025), indicam a existência de uma defasagem no aprendizado no sistema municipal de educação, contudo, o que é apresentado no Programa de Aprendizagem Eficiente deixa de lado a necessidade da recuperação do aprendizado.

Já em relação a esta questão da recuperação da aprendizagem, a mesma surge com Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) nº 31 de 10 de Outubro de 2023 ao aprovar o Plano Municipal de Recomposição e Recuperação das Aprendizagens para o biênio de 2022/2023 como mecanismo para diminuir os prejuízos causados pela pandemia da Covid-19 à aprendizagem no desenvolvimento de alunos da rede pública municipal.

A resolução em questão se refere a recuperar os prejuízos causados pela pandemia, contudo, como vimos acima o prejuízo no aprendizado está presente antes mesmo da pandemia, além disso, a medida da aprovação automática esteve em vigor exatamente no período onde foram coletados os dados do IDEB a serem divulgado em 2024, logo, a taxa de fluxo vai aparecer alta na composição dos índices, contudo, sem refletir de fato a realidade.

Um novo sistema de avaliação vem sendo colocado em prática por meio da resolução SEDUCT nº 3 de 27 de Março de 2024 (Campos dos Goytacazes, 2024), a mesma extingue a aprovação automática e altera o sistema de avaliações, reduzindo o peso das notas atribuídas às avaliações quantitativas - provas e simulados - enquanto aumenta o peso das notas para as avaliações qualitativas - comportamento e aspectos sociais - na média final.

Outro ponto que merece destaque é a implementação do novo exame simulado, agora padronizado, aplicado mensalmente e desenvolvido pelo



departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia (SEDUCT), retirando das mãos dos docentes a construção de uma das duas avaliações qualitativas a serem aplicadas bimestralmente, padronizando a avaliação de acordo com a BNCC e com o IDEB, deixando de fora os saberes dos educandos e dos educadores.

Além disso, as provas disponibilizadas pelo sistema do SAEB e CAED poderão substituir as provas bimestrais, até então desenvolvidas pelos docentes. Já os índices do SAEB e do Centro de Políticas Públicas de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAED), responsável pela aplicação semestral da avaliação diagnóstica municipal, podem ser extraídos destas avaliações bimestrais.

O que vemos é a imposição das competências e habilidades selecionadas pela gestão municipal da educação a fim de garantir que toda a rede municipal de educação se adeque à lógica da eficiência e da busca por números satisfatórios nos testes padronizados, abrindo espaço para a cobrança e a responsabilização das escolas e dos docentes em relação aos resultados obtidos nas provas e simulados, agora padronizados.

Assim, podemos apontar que a padronização dos instrumentos avaliativos, a pressão pelo alcance das metas e o controle sobre o conteúdo aplicado em sala de aula pelo corpo docente, marca no território mais uma expressão da lógica de *accountability* e da responsabilização, difundidas nacionalmente. Sobre o termo estrangeiro, Fernandes e Gremaud (2020) observam:

Quanto ao movimento de *accountability*, este também não ficou restrito ao governo federal. Diversos estados e alguns municípios, além de manterem ou desenvolverem sistemas próprios de avaliação, introduziram diferentes programas de *accountability*. Conforme destaca Brooke (2006), mesmo antes do governo federal, estados como o Ceará, já em 2001, estabeleceram uma conexão entre o seu sistema de avaliação - o SPAECE - e o Projeto Melhoria da Escola, com prêmios e recompensas em dinheiro para escolas e suas equipes que obtivessem os melhores resultados. (Fernandes; Gremaud, 2020, p. 1123)

Além da mudança no processo avaliativo, foi implementado o Sistema



Unificado de Administração Pública (SUAP). Apesar de ser apresentado enquanto uma estratégia para a eficiência da gestão educacional, ele permite, por parte da secretaria de educação, o controle em tempo real de faltas, conteúdos, atividades desenvolvidas e das notas em cada avaliação, reforçando a lógica de controle e responsabilização.

Outra mudança importante é a Matriz Curricular das escolas de tempo integral com a implementação de cinco horas a mais de ensino para disciplinas denominadas por Projeto Integrador, Projeto de Vida e Projeto de Computação⁷ para complementar a parte diversificada no qual definem o Plano Nacional de Educação (PNE), o PME e a BNCC.

Algumas coisas merecem destaque em relação a parte diversificada, que poderia ser trabalhada com aspectos da cultura local, da história regional e outras abordagens, mas as escolhas feitas pelos gestores públicos foram por projetos ligados à lógica empresarial da educação e seu discurso, como as disciplinas de Projeto de vida, integrador e de computação voltadas, respectivamente, para as competências socioemocionais e o mercado de trabalho.

É válido destacar também, a atuação empresarial a nível municipal e regional por meio Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a partir do Programa LÍDER promovendo agendas de desenvolvimento local e diálogo com lideranças regionais, iniciativa privada, poder público, terceiro setor e instituições de ensino, tendo a educação enquanto um dos seus quatro eixos de discussão.

O município de Campos dos Goytacazes sediou, no ano de 2023, a primeira edição do Fórum Líder Norte Fluminense, de onde saiu o documento com análises acerca da situação educacional a nível regional, dando ênfase nos baixos índices IDEB e estabelecendo objetivos, metas e estratégias com ênfase na expansão da cultura empreendedora para serem cumpridas por todos os agentes e gestores

⁷O conjunto das três disciplinas foram integradas ao currículo do ensino fundamental da rede municipal de educação e seguinte à BNCC visam a mobilização de conceitos, fundamentos e práticas ligados à construção do projeto pessoal de vida, carreira, orientação profissional e aprofundamento dos conhecimentos sobre informática. Importante ressaltar que os professores regentes destas disciplinas não são formados para tal.



envolvidos na construção do fórum.

Além disso, colocando em diálogo com a perspectiva de Orlandi (2020), existe o intuito das orientações do fórum em formar os docentes, objetivando aumentar os índices IDEB e difundir a cultura empreendedora e com isso os indivíduos são interpelados pela ideologia em sujeitos empreendedores. Suárez (1995) considera esses movimentos parte da guerra cultural de caráter global travada pela direita.

A elaboração e concretização de medidas efetivas e pontuais destinadas a transformar materialmente o aparato institucional da escola e sintonizá-la com o “novo” ordenamento político e econômico, exigem mudança cultural. Têm como condição de possibilidade e como ferramenta a dissolução de representações ancoradas no imaginário social acerca das vantagens conquistadas, após anos de luta, pela democratização da vida social e política, e construídas historicamente em detrimento do interesse individualista, da competição do lucro indiscriminado [...] (Suárez, 1995, p 255)

Seguindo esta lógica, a gestão municipal da educação tem feito licitações e realizado contratos com empresas privadas para o fornecimento de materiais didáticos, cursos de formação e capacitação, consultoria e aquisição de equipamentos tecnológicos como chromebooks e tablets.

De acordo com dados do (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2024), dentre as empresas vencedoras das licitações para aquisição de aparelhos tecnológicos como Tablets e Chromebooks está a empresa nacional “Multilaser”, além dela também são utilizados nas escolas equipamentos da multinacional coreana “Samsung”.

Como é possível observar na licitação citada acima, o objetivo da aquisição é atender a ação estratégica de inserção tecnológica digital das unidades escolares, inserção essa, de acordo com o que indicam os documentos analisados, não tem como finalidade democratizar o acesso à tecnologia e a melhoria da qualidade de vida, mas aumentar os índices educacionais.

Além desta licitação, é importante situar o projeto Menteinovadora, adquirido pelo valor de 4 milhões de reais em contrato com a empresa Mind Lab (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2023), o mesmo trabalha o aprendizado por meio de jogos e o professor cumpre a função de mediador entre a técnica e o educando, corroborando



com o que Saviani (2019) aborda acerca da presença das pedagogias de orientação tecnicistas nas práticas pedagógicas neoliberais.

O projeto se propõe a aumentar os índices de aproveitamento nos testes de larga escala, como o IDEB, contribuindo para a melhoria das notas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, além de deixar explícito a proposta dos jogos em se adequar aos interesses empresariais com relação a formação de mão de obra qualificada por meio de cursos e palestras, disponibilizados a nível municipal, para a formação docente. vejamos:

Figura 21: Menteinovadora e o IDEB



Aumento dos índices educacionais

A eficácia do Programa Menteinovadora é comprovada por diversos institutos de pesquisa como a Universidade de Yale, Northumbria e o Instituto INADE. Pesquisas mostram aumento do nível de proficiência dos alunos em disciplinas como Matemática, Língua Portuguesa e Ciências Naturais, além de outras habilidades.

Fonte: Portal Menteinovadora, 2024 reprodução.

Com isso, compreendemos que é possível identificar no programa Menteinovadora elementos da gamificação da educação enquanto um valor a ser



assumido nas escolas e sistemas educacionais. O mesmo está presente nos discursos que propõe uma prática educacional lúdica e marcada pela competição, onde muitas vezes a pessoa compete consigo mesma.

Vejamos o balanço, referente aos quatro últimos anos de gestão e as políticas educacionais implementadas no período, feito durante o ano de 2024 pela secretária de educação em exercício Tânia Alberto, que veio a substituir o então secretário Marcelo Feres, licenciado no presente ano de 2024, para concorrer a uma vaga na câmara dos vereadores.

Figura 24: Declaração da Secretaria de Educação Ciência e Tecnologia.

Alcance e expansão do Mentelnovadora

A secretária de Educação, Ciência e Tecnologia, Tânia Alberto, informa que cerca de 400 professores e mais de 8.800 alunos já estão sendo beneficiados pelo Mentelnovadora. Escolas como Cemstiac, CIEPs Professora Carmem Sylvia Carneiro, Francisco Portela e Wilson Batista, entre outras, estão ativamente engajadas no programa, demonstrando seu vasto alcance e sua capacidade de adaptação a diferentes contextos educacionais.

O programa Mentelnovadora está provando ser uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. Unindo jogos e atividades lúdicas ao currículo formal, o programa melhora o ambiente de aprendizagem e equipa os alunos com habilidades críticas para a vida. A aprovação e o apoio contínuo de educadores são testemunhos do impacto transformador do Mentelnovadora. Como esses relatos indicam, o programa não só está alcançando seus objetivos, mas também está estabelecendo novos padrões para o ensino de habilidades socioemocionais nas escolas.

Fonte: Portal Educador 360, 2024, reprodução.

Apesar das declarações de avanços e dos investimentos, como o exemplo citado dos materiais do programa Menteinovadora, o que encaramos na prática é uma realidade escolar sem estrutura própria, funcionando em condições precárias, bibliotecas improvisadas e com uma grande defasagem na aprendizagem dos educandos, o que está perceptível nos índices citados acima e no do cotidiano escolar.

Além disso, é válido ressaltar outros discursos de agentes públicos municipais ressaltando o avanço no sistema educacional, sobretudo quando comparados os



índices do IDEB entre 2017 e 2021. Vejamos a declaração do secretário de Educação licenciado, Marcelo Feres, sobre o tema:

Figura 25: Entrevista do ex secretário de educação Marcelo Feres

Segundo ele, não é possível fazer nenhuma comparação com outros municípios, que sustentam ações e políticas públicas continuamente, independente do governante e do governo municipal, diferentemente do que ocorreu em Campos de 2017 a 2020. O resultado superior, ainda na opinião do secretário, deve ser creditado ao imenso esforço dos educadores da rede municipal de ensino e dos demais profissionais que atuam na sede da Seduct.

“Graças à competência, esforço e capacidade de se reinventarem na pandemia, que o município obteve esse resultado positivo. Em 2022 retomamos o ensino presencial; está em curso um processo de valorização dos profissionais da Educação; diversos projetos de apoio à aprendizagem foram implantados, como o projeto Estação Educação e a criação da Escola de Formação de Educadores Municipais (Efem); a política de educação inclusiva foi criada; e muitas outras ações que visam à eliminação ou a redução das barreiras de aprendizagem para os alunos”, destacou.

Para ele, esse resultado mostra que Campos está na direção certa na busca pela melhoria da qualidade do ensino, mesmo com uma rede considerável, composta por cerca de 55 mil alunos e 234 unidades escolares.

Fonte: Tribuna do NF, versão digital, 2022, reprodução.

O que vemos nos fragmentos acima, é mais uma vez a valorização do aumento dos índices e a negação da queda de aprendizagem presente nos mesmos, trazendo a recorrência nos documentos e discursos sobre relação entre aumento dos índices e qualidade do ensino, fazendo um paralelo com Suárez (1995) é possível compreender que

No campo educacional, o conjunto de discursos, propostas e práticas e propostas da nova coalizão de poder - como momento estratégico da política cultural neoliberal - pode ser resumido no que denomino princípio educativo da Nova Direita. Este conglomerado mais ou menos orgânico de categorias, noções e valores institui uma série inédita de relações, regras e procedimentos razoáveis e legítimos para a formação de novos sujeitos sociais, políticos e, evidentemente, pedagógicos. (Suárez, 1996, p 257)



Aqui, temos outra entrevista, um balanço da gestão do ex-secretário municipal de educação Marcelo Feres e como veremos há no discurso o indicativo da finalidade da gestão em elevar os números do IDEB e expandir o uso de tecnologia no ambiente escolar enquanto um dos caminhos para solucionar o problema enfrentado pela educação.

Imagem 26: Entrevista Marcelo Feres

Você foi, durante o atual governo municipal, cabeça pensante de uma sociedade na qual a educação é prioridade em qualquer nível. Como é que anda a educação, ou seja, como você deixou a secretaria?

A realidade da educação de Campos tem um histórico que não é muito favorável em relação à qualidade mostrada pelos indicadores nacionais. O IDEB é um indicador de qualidade da educação no Brasil. Quando eu assumi em 2021, o município não tinha um valor para esse indicador por informações que não foram passadas adequadamente ao Ministério da Educação pela gestão anterior. A gente estava num período de pandemia. E aí a estrutura da Rede Municipal de Educação estava muito comprometida. Os profissionais também não estavam naquela ocasião com as condições adequadas para trabalhar, seja financeira, seja do seu ponto de vista, de estrutura para fazer o trabalho. E de lá para cá, foram muitas ações que fizemos, porque a Secretaria passou a ser a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia. E isso fez toda a diferença, porque a gente pode trabalhar a dimensão da educação, fazendo revisões diversas na questão pedagógica, que estava defasada, e implantamos uma cultura de tecnologia com um princípio pedagógico.

Fonte: Jornal J3 News, 2024, reprodução.

É possível perceber no discurso acima a culpabilização das antigas gestões, em relação aos baixos índices no IDEB e apesar da declaração, na figura acima de que existe uma política de valorização dos profissionais da educação, o inquérito



004/2023 determinou, em momento anterior à entrevista, que o município cumpra a Lei 11.738, de 16 de Julho de 2008 e pague o piso salarial do magistério, o que foi colocado em prática somente a partir de abril de 2024.

Reforçando esta tendência, na figura abaixo, veremos um fragmento da Lei nº 8.343, de 09 de Maio de 2013, que ainda está em vigor e contribui para o processo de precarização do trabalho docente, dado que não permite vínculos estáveis dos profissionais da educação e nem a garantia a todos os direitos trabalhistas previstos em lei.

Figura 27: Lei da contratação temporária

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:
RESOLVE:

Art. 1º Para suprir carência temporária de professores na rede municipal de ensino, a Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, poderá efetuar contratação por tempo determinado, por processo seletivo simplificado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º As necessidades de contratação de que trata a presente Lei, levarão em consideração as demandas devidamente justificadas em ato fundamentado, respeitados os limites e as condições fixadas em ato conjunto da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria Municipal Controle e Orçamento e Secretaria Municipal Educação.

§ 1º A contratação de professor substituto de que trata a presente Lei poderá ocorrer para suprir a falta de professor efetivo em razão de:

I - vacância do cargo;

II - afastamento, readaptação ou licença ou;

III - nomeação para ocupar cargo de direção de diretor ou vice-diretor.

§ 2º A carga horária dos professores substitutos fica compreendida entre 20 (vinte) horas, 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com demanda existente e justificada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado objetivo, com aplicação de prova objetiva, sujeito à ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Município e sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, observando-se os critérios e condições estabelecidos no Edital.

Fonte: Diário oficial, 2024, reprodução

Também chamamos atenção para o termo de Ajustamento de Gestão (TAG) aprovado pelo Tribunal de Contas Estadual (TCE) que permite a gestão pública municipal utilizar os recursos oriundos dos royalties de petróleo para o pagamento do pessoal contratado na administração pública, o que possibilita abrir espaço no



orçamento para a realização de concursos públicos e também para a inserção de empresas terceirizadas na educação.

Figura 28: Termo de Ajustamento de Gestão

TCE aprova Termo de Ajustamento de Gestão proposto por Campos

*Texto traz metas para município deixar de usar royalties
do petróleo no pagamento de dívidas e pessoal*

A+

A-



O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) aprovou Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) proposto pelo Município de Campos dos Goytacazes. O instrumento busca a conformação da utilização das receitas provenientes dos royalties do petróleo para o pagamento de dívidas e do quadro permanente de pessoal do município jurisdicionado. O documento, objeto do acórdão emitido em sessão plenária realizada nesta quarta-feira (02/02), estabeleceu limites quadrimestrais para aplicação dos valores oriundos dos royalties e será assinado em breve pela Presidência do Tribunal e representantes do Poder Executivo campista.

De acordo com o escalonamento definido no TAG, Campos poderá destinar este ano até 75% dos valores oriundos dos royalties sem que incorra em irregularidade. Quadrimestralmente, porém, o montante utilizado não poderá ultrapassar um terço do numerário estipulado para os exercícios financeiros. Anualmente, a redução será de 25 pontos percentuais, até que, em 2025, as vedações constantes no artigo 8º da Lei 7.990/89 sejam fielmente observadas.

A aprovação do TAG está alinhada com a publicação 'Diretrizes da Gestão para o Biênio 2021-2022, que, entre seus pressupostos básicos, preconiza a priorização da atuação orientadora e do papel pedagógico do TCE-RJ junto a órgãos e entidades sob a sua jurisdição.

"Este é o primeiro TAG firmado pelo TCE-RJ em sua história. É digno celebrarmos essa conquista. Trata-se de um instrumento consensual de extrema relevância, importante para que os jurisdicionados possam resolver suas irregularidades, problemas e falhas de maneira dialógica. De nossa parte, existe a satisfação de poder contribuir para a solução efetiva desses problemas e obstáculos, que muitas vezes atravessam gestões e gestores", destacou o conselheiro-presidente Rodrigo Melo do Nascimento.

Fonte: Portal TCE, 2024, reprodução.

Como resposta à publicação do termo o prefeito em gestão, Wladimir Garotinho, anunciou a contratação de empresas terceirizadas para a admissão dos funcionários como primeira medida, deixando o concurso público para segundo plano



e implementando uma medida que vai direcionar mais recursos públicos municipais para a iniciativa privada.

Além disso, existem nos documentos e imagens a presença constante das palavras como “metas”, “eficiência”, “empreendedorismo” e “qualidade”. Todas elas estão ligadas às ideologias e aos discursos neoliberais difundidos e naturalizados em toda a legislação e documentos orientadores da educação brasileira e presentes na memória discursiva dos gestores públicos municipais.

Ao formular que as palavras não nos pertencem e que as mesmas significam pela história e pela língua, Orlandi (2020) introduz a ideia de interdiscurso ao estabelecer que os sujeitos são afetados pela memória, pela historicidade, pela ideologia e com isso seus discursos são carregados de memórias apagadas e ressignificadas constantemente no ato de sua constituição a partir da discursividade.

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesmo de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite, no exemplo, remeter o dizer da faixa a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (Orlandi, 2020, p. 32)

Com isso, podemos pontuar que as falas dos gestores públicos municipais, se situam dentro de um contexto histórico onde os valores neoliberais estão em voga, sobretudo em um território que ao longo dos últimos anos está sendo reorganizado a partir de um compromisso das gestões municipais com os interesses das elites regionais e internacionais, sobretudo pela chegada de grandes investimentos ligados a exploração de petróleo e ao Porto do Açu.

Por outro lado, esses discursos silenciam a condição de pobreza e desigualdade social, que atinge 45 dos 55 mil educandos matriculados na rede pública de educação municipal (Ministério da Cidadania, 2024) e para além do Plano Municipal de Educação, não há menção nos outros documentos acerca do enfrentamento desta questão e da garantia de direito à cidadania.

Assim, por 2024 se tratar de um ano eleitoral, a adoção dessas medidas se



configura, por hipótese, um fator essencial para a gestão municipal, pois ao apresentar o aumento de índices, mesmo que não reverbere em aumento real da qualidade da educação, poderá ser benéfico para os discursos políticos ao afirmar que houveram avanços na educação em suas campanhas eleitorais.

Por fim vale ressaltar que, de acordo com Berçot (2018) apesar de receber grandes quantidades de recursos financeiros oriundos dos royalties do petróleo, o município tem historicamente apresentado uma defasagem no sistema educacional, que com todas as limitações dos índices, é possível identificar neles a problemática.

5 CONCLUSÃO

Na análise documental e dos discursos que realizamos neste artigo, buscamos nas legislações educacionais mais recentes e nas entrevistas dos gestores públicos municipais evidências da presença da lógica empresarial da educação. As iniciativas de adequar a educação municipal a um modelo de educação profissional e tecnológica são orientadas pelo neoliberalismo e pelas transformações econômicas regionais, sintetizadas na exploração do petróleo na Bacia de Campos e na chegada do Porto do Açu na região. Dentro de toda essa discussão, apesar dos discursos que culpabilizam as gestões anteriores e que falam de eficiência e sucesso da atual gestão pública municipal, o que os documentos nos permitem compreender é que há continuidade das mesmas políticas educacionais, que os índices alcançados são resultados de uma política de aprovação automática e artificialização do IDEB.

Diante disso, é imprescindível reafirmar Paulo Freire (1996) e sua perspectiva educacional que envolve múltiplos saberes, deve ser uma prática democrática, onde educadores e educandos respeitam os saberes um dos outros. Construir este horizonte requer ação de educandos e educadores frente a este cenário e rebeldia no dia a dia para construir novas possibilidades, indo além da perspectiva uniformizante imposta nos últimos anos.



A pesquisa aqui apresentada pode contribuir para a discussão acerca do desenvolvimento regional, uma vez que a educação está sempre nos discursos sobre desenvolvimento e é uma das dimensões abordadas pelo programa. Este é um tema que precisa ser mais explorado, sob outros pontos de vista e perspectivas, dado que os problemas não se esgotam em poucas pesquisas e que novas questões podem ser colocadas como o avanço das ideias conservadoras na educação com a militarização das escolas e a transferência de recursos e dados dos sistemas de ensino para as grandes empresas nacionais e multinacionais de tecnologia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2008.

BALBI, Aloysio. Inserindo ciência e tecnologia na educação. J3 News. Campos dos Goytacazes. 1 Jul. 2024. Disponível em: <https://j3news.com/2024/07/01/inserindo-ciencia-e-tecnologia-na-educacao/>. Acesso em 10 jul. 2024.

BERÇOT, Luis Carlos. **As interconexões de ordem socioeconômica e sociopolítica refletidas no resultado do IDEB**: Um estudo de caso acerca da política pública educacional no município de Campos dos Goytacazes. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes. 2015.

CAMPOS dos Goytacazes aprova o programa Menteinovadora. **Portal educador 360**. Online. 14 Mai. 2024. Disponível em: <https://educador360.com/pedagogico/campos-de-goytacazes-aprova-o-menteinovadora/>. Acesso em 20 mai. 2024. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Decreto Nº 065/2021. Aprova o Programa de Aprendizagem Eficiente. **Diário Oficial**. Edição 786. Campos, RJ, 2021, p. 1-2, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://fazenda.campos.rj.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/18.02.2021.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Despesas por Órgão - Exercício 2023. **Portal da Transparência**. Campos, RJ, 2024. 24, jan. 2024. Disponível em:

Boletim Petróleo, Royalties & Região



http://riodejaneiro1.dcfiorilli.com.br:8079/Transparencia/Default.aspx?AcessoIndividual=InkDespesasPor_Orgao. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). **Lei Municipal nº 8134/2009**. Plano Municipal de Educação. Campos: Câmara Municipal de Campos, 2009. Disponível em: <https://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/educacao/Lei-8.134.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). **Lei nº 8343, de 09 de Maio de 2013**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de professor substituto, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos inciso IX do art. 37 da constituição, e dá outras providências. Portal Leis Municipais. 09 mai. 2023. Disponível em: <http://leismunicipa.is/koiun>. Acesso em 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Pregão Eletrônico nº 056/2023. **Diário Oficial**. Campos, RJ, 2024. 24, jan. 2024. Disponível em: <https://campos.rj.gov.br/app/assets/docs/licitacao/3/8975>. Acesso em 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Resolução Seduct nº 03 de 27 Março de 2024. Dispõe sobre a implantação das diretrizes do sistema de avaliação para os todos níveis e modalidades de ensino da rede municipal de educação de Campos dos Goytacazes, a partir do ano letivo de 2024. **Diário oficial**. Edição 1593. Campos, RJ, 2024, 0. 9-14. 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/6471>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Resolução CME nº 04/2020. Aprova o plano municipal de recomposição e recuperação de aprendizagens para o biênio 2022/2023 como mecanismo para diminuir os prejuízos causados pela pandemia à aprendizagem no desenvolvimento educacional de alunos da rede pública. **Diário Oficial**. Edição 1193, Campos, RJ, 2020, p. 3-4, 18 out. 2020. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/5471>. Acesso em 9 jul. 2024.

CAMPOS sem referência no Ideb. **Jornal Folha da Manhã**. Campos dos Goytacazes, 16 Set. 2020. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/conteudo/2020/09/geral/1265599-campos-sem-referencia-no-ideb.html>. Acesso em: 8 ago. 2024.

DICIO. Dicionário On-line de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.



FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. Avaliação educacional em larga escala e accountability: uma breve análise da experiência brasileira. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 1, p. 1103-1137, 2020.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

Fórum Líder recebe representantes da região e secretário do Estado. *Jornal Folha da Manhã*. Campos dos Goytacazes. 26 Abril. 2023. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/politica/2023/04/1290113-forum-lider-norte-fluminense-reune-prefeitos-da-regiao-em-campos.html>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Marcos Cezar de. Mercadores de eficiências e resultados: alta performance contra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. e230074, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira). **MEC e Inep divulgam resultados do SAEB e IDEB**. 2021.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira). **RESULTADO PRELIMINAR DO SAEB 2023 DISPONÍVEL**. 2024.

MARTINS, Gisele Maria Viana et al. Análise do IDEB e do IDHM–educação em Campos dos Goytacazes (RJ). **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 17, n. 47, p. 281-300, 2023.

MIND LAB DO BRASIL. A Mind Lab. Institucional: O que é o programa menteinvadora. **Portal Mind Lab, Online**. 2024. Disponível: <https://mindlab.net/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Ministério da Cidadania. **Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2005.



ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PAES, Dora Paula. TCE-RJ autoriza governo Wladimir substituir RPAs por terceirizados e concursados. **Jornal Folha da Manhã**. 22 fev. 2024. Disponível em: <https://www.folha1.com.br/economia/2024/02/1296922-tce-rj-autoriza-governo-wladimir-substituir-rpas-por-terceirizados-e-concursados.html>. Acesso em 9 jul. 2024.

RANGEL, Luiza. **Aprovação artificial no IDEB e o desenvolvimento da educação básica no Brasil**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades). Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes. 2022.

REIS, Ralfe. Campos volta apresentar Ideb com índice superior a 2017. **Jornal Tribuna do NF**. Campos dos Goytacazes. 16 Set. 2022. Disponível em: <https://www.tribunanf.com.br/campos-volta-apresentar-ideb-com-indice-superior-a-2017/> Acesso em: 9 jul. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. Autores Associados, 2019.

SEBRAE. **Líder Região Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes, 2023. 40 p.

SUÁREZ, Daniel. O Princípio Educativo da Nova Direita: Neoliberalismo, Ética e Escola Pública. In: GENTILI, Pablo. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 267.

TCE (Tribunal de Contas Estadual). TCE aprova Termo de Ajustamento de Gestão proposto por Campos dos Goytacazes. **Portal TCE**, online. 2024. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/portalnovo/noticia/tce aprova termo de ajustamento de gestao proposto por campos>. Acesso em: 9 ago. 2024.

TOSTA, Késia Silva. **Análise da qualidade do IDEB como índice de desenvolvimento da educação básica: um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes/RJ. 2015**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais)-Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

Uso de Tecnologias Digitais nas escolas é uma realidade sem volta em Campos. **Jornal Diário do NF**. Campos dos Goytacazes. 1 Jun. 2024. Disponível em: <https://jornalodiariomf.com.br/uso-de-tecnologias-digitais-nas-escolas-e-uma-realidade-sem-volta-em-campos/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

XAVIER, Ana Beatriz F. **Investimento em educação e desempenho dos municípios do Estado do Rio de Janeiro no IDEB**. 2022. Dissertação (Mestrado

Boletim Petróleo, Royalties & Região



em Sociologia Política). Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes. 2022.